



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 65/2017

FIXA NOVO PADRÃO DE VENCIMENTO,  
COM ACRÉSCIMO DE ATRIBUIÇÃO, PARA  
OS CARGOS DE ENGENHEIRO CIVIL,  
ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO  
DE SEGURANÇA DO TRABALHO,  
ENGENHEIRO SANITARISTA, ARQUITETO E  
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



**O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**, Estado do Pará, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Parauapebas, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** O nível, o padrão, o símbolo e o grupo operacional, relativos aos cargos de engenheiro civil, engenheiro eletricista, engenheiro de segurança do trabalho, engenheiro sanitaria e arquiteto, passam a vigorar com a seguinte classificação:

**I-** engenheiro civil; nível: superior; padrão: 13; símbolo: CNSEA; grupo operacional: OSP;

**II-** engenheiro de segurança do trabalho; nível: superior; padrão: 13; símbolo: CNSEA; grupo operacional: SAP;

**III-** engenheiro eletricista; nível: superior; padrão: 13; símbolo: CNSEA; grupo operacional: OSP;

**IV-** engenheiro sanitaria; nível: superior; padrão: 13; símbolo: CNSEA; grupo operacional: OSP;

**V-** arquiteto; nível: superior: superior; padrão: 13; símbolo: CNSEA; grupo operacional: OSP.

**Art. 2º** O anexo III, da Lei Municipal nº 4.230, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a inclusão dos padrões de vencimento 13 e 13.1, conforme o disposto no anexo único desta Lei.

**Parágrafo único.** Os padrões de vencimento de que trata este artigo são de aplicação exclusiva aos cargos previstos no artigo 1º desta Lei.

**Art. 3º** Fica acrescida ao anexo XVII, da Lei Municipal nº 4.230, de 26 de abril de 2002, relativo ao cargo de engenheiro civil e arquiteto a seguinte atribuição: “efetuar registro de reponsabilidade técnica em nome do Município de Parauapebas”.

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



**Art. 4º** Fica acrescido ao anexo I, da Lei Municipal nº 4.576, de 22 de agosto de 2014, nas atribuições do cargo de engenheiro eletricista, o inciso IX, com a seguinte redação:

“Anexo I

IX - efetuar registro de reponsabilidade técnica em nome do Município de Parauapebas.”

**Art. 5º** Fica acrescido ao anexo I, da Lei Municipal nº 4.576, de 22 de agosto de 2014, nas atribuições do cargo de engenheiro sanitaria, o inciso XVII com a seguinte redação:

“Anexo I

XVII - efetuar registro de reponsabilidade técnica em nome do Município de Parauapebas.”

**Art. 6º** Fica acrescido ao anexo I, da Lei Municipal nº 4.576, de 22 de agosto de 2014, nas atribuições do cargo de engenheiro de segurança do trabalho, o inciso XX, com a seguinte redação:

“Anexo I

XX - efetuar registro de reponsabilidade técnica em nome da Prefeitura Municipal de Parauapebas.”

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018.

**Art. 8º** Revogam-se as disposições em contrário.

Parauapebas, 13 de novembro de 2017.

  
**DARCI JOSÉ LERMEN**  
Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA**

Exmo. Senhor Presidente, e demais Vereadores (as),

Levo a apreciação dessa nobre Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei o qual fixa novo padrão de vencimento, com acréscimo de atribuição, para os cargos de engenheiro civil, engenheiro eletricista, engenheiro de segurança do trabalho, engenheiro sanitaria e arquiteto, e dá outras providências.

Centro Administrativo, Morro dos Ventos – bairro Beira Rio II – Parauapebas/PA  
CEP: 68.515-000 Fone: 94 3346-2141 E-mail: pmp@parauapebas.pa.gov.br





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS GABINETE DO PREFEITO



Os engenheiros e arquitetos possuem sob sua responsabilidade diversos aspectos legais e técnicos da engenharia pública, como: captação de recursos, estudos preliminares, planejamento, elaboração de anteprojetos, elaboração de projetos básicos e executivos, orçamentos, execução, fiscalização de obras, manutenção e reforma, de modo que esses passos consistem em todas as etapas de qualquer obra.

Para tanto, o profissional deve efetuar cadastro em seu respectivo Conselho de Classe em nome da Prefeitura Municipal de Parauapebas, através da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de cargo ou função. Tal documento vincula o profissional com a pessoa jurídica para desempenho de cargo ou função técnica, momento em que o profissional se torna apto a emitir uma ART no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica no CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, para cada projeto, orçamento, obra e fiscalização de forma a garantir a responsabilidade dos serviços.

O Município de Parauapebas será palco de execução de grandes projetos e obras de grande complexidade, tais como as relativas ao programa de esgoto e saneamento, por exemplo. Assim, é necessário cada vez mais contar com esses profissionais responsáveis pela construção de uma infraestrutura que permite o desenvolvimento em todos os sentidos, incluindo a sustentabilidade, mobilidade, revisão de plano diretor, saneamento e todas as políticas necessárias à viabilidade dos empreendimentos para o interesse público.

Ademais, o Município de Parauapebas comumente realiza grande quantidade de obras e serviços de engenharia, o que requer a realização de inúmeros projetos a serem concretizados, ocasionando uma crescente demanda das atividades desempenhadas pelos servidores ocupantes dos cargos em questão, como a elaboração, revisão de projetos e fiscalização de obras.

Sem dúvida, a baixa remuneração no serviço público resulta na falta de estímulo do servidor, o qual, por vezes, prefere abandonar o serviço público, acarretando em vacância de cargo e gerando despesas para substituí-lo por meio de concurso público.

Uma simples análise no mercado profissional constata-se que há empresas e entes públicos próximos que ofertam salários superiores aos pagos por este Município, como ocorre em Canaã dos Carajás.

Nas obras e serviços públicos, a fiscalização reveste-se de grande importância social, pois os recursos públicos devem ser utilizados seguindo os princípios da economicidade, eficiência e eficácia.

Aliado a isso, o engenheiro possui responsabilidade pelos seus atos, para que possa atuar de forma regular e condizente com o profissionalismo necessário a segurança exigida por sua profissão.

Instituída pela Lei nº 6.496/77 a Anotação da Responsabilidade Técnica define as obrigações e identifica os responsáveis pelo empreendimento em cada área tecnológica. Com isso, o profissional fica vinculado à sua atuação e eventual irregularidade nas atividades do profissional, incide a atuação pelo Conselho.

Atualmente os profissionais enfrentam diversos entraves burocráticos no momento de efetuar o registro do Atestado de Responsabilidade Técnica em nome do Município junto à entidade de classe. Isto se agrava porque não consta no rol de

Centro Administrativo, Morro dos Ventos – bairro Beira Rio II – Parauapebas/PA  
CEP: 68.515-000 Fone: 94 3346-2141 E-mail: pmp@parauapebas.pa.gov.br





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



atribuições dos cargos citados a função de registro de ART. Com o acréscimo de tal ônus aos servidores serão elididos todos os entraves e conseqüentemente haverá celeridade no referido procedimento.

Consigne-se que os demais cargos citados em conjunto com engenheiros civis, tais como: engenheiros eletricitas, engenheiros sanitaristas, engenheiros de segurança do trabalho e arquitetos atuam diretamente no planejamento, projeto, execução e fiscalização, de modo que também possuem a obrigação de emissão da Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica.

No que tange à fixação de novo padrão de vencimento, é mister ressaltar que a Constituição Federal possibilita ao ente público esse tipo de política remuneratória, desde que observados a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos, conforme preleção contida no art. 39 §1º da Carta Magna:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

- I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
- II - os requisitos para a investidura;
- III - as peculiaridades dos cargos.

Foi justamente após considerar a natureza dos cargos, suas complexidades, peculiaridades e o grau de responsabilidade dos ocupantes que levou a Administração a proceder ao alinhamento de seus vencimentos à realidade do mercado profissional.

Seguem em anexo a estimativa de impacto financeiro-orçamentário do presente Projeto de Lei e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e tabela de vencimentos.

Pelo exposto, e no aguardo de uma manifestação favorável dessa Egrégia Casa de Leis acerca da importância da matéria ora apresentada, solicitamos o acolhimento do projeto de lei e, ao final, sua aprovação pelo plenário da Câmara Municipal de Parauapebas, na forma da Lei Orgânica do Município.

Parauapebas, 13 de novembro de 2017.

  
**DARCI JOSÉ LERMEN**  
Prefeito Municipal



ANEXO ÚNICO

TABELA DE VENCIMENTO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO CRIADO PELA LEI 4.230/2002

NÍVEL	CARGO	SÍMBOLO	A	B	C	D	E	F
SUPERIOR	Arquiteto	CNSEA-13 CNSEA-13.1	R\$ 10.338,00	R\$ 10.854,90	R\$ 11.289,10	R\$ 11.740,66	R\$ 12.210,29	R\$ 12.698,70
	Engenheiro Civil		R\$ 13.206,65	R\$ 13.734,92	R\$ 14.284,32	R\$ 14.855,69	R\$ 15.449,92	R\$ 16.067,92
	Engenheiro de Segurança do Trabalho							
	Engenheiro Eletricista							
	Engenheiro Sanitarista							



60





**ANEXO I**

**RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO**

**(Inciso I, artigo 16 e § 1º, artigo 17, da Lei Complementar nº 101/2000)**

**DESPESA DE CARÁTER CONTINUADO**

**OBJETO DA DESPESA:** O presente impacto visa atender ao disposto na Constituição Federal (Art. 169) e Lei Complementar nº 101/2000 (art's 16 e 17), no que se refere à assunção de despesa de caráter continuado. Os valores aqui propostos compreendem a alterar o padrão de vencimentos para os cargos de engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Engenheiro Sanitarista e Arquitetos.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas com pessoal e encargos sociais, objeto deste projeto de lei serão custeadas pelo orçamento do Município, em dotações próprias, e suas alterações, conforme Lei 4.320/64 e Lei 101/2000 - LRF.

**IMPACTO NO EXERCÍCIO DE 2018:**

A alteração proposta neste Projeto de Lei apresentará um acréscimo na despesa com pessoal e encargos sociais de aproximadamente R\$ 2.682.691,80 (dois milhões seiscentos e oitenta e dois mil, seiscentos e noventa e um reais e oitenta centavos) ao ano, correspondente a aproximadamente 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), em relação à RCL – Receita Corrente Líquida, estimada para o exercício de 2018.

A receita corrente líquida – RCL para o exercício de 2018 está prevista na Lei Orçamentária Anual em R\$ 1.086.950.752,00 (um bilhão, oitenta e seis milhões, novecentos e cinquenta mil e setecentos e cinquenta e dois reais), sendo que, as despesas com pessoal somando-se as obrigações patronais estão fixadas em R\$



**GOVERNO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**



471.888.262,83 (quatrocentos e setenta e um milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos), totalizando um percentual de aproximadamente 43,45% (quarenta e três vírgula quarenta e cinco por cento) da RCL, somando-se as despesas com pessoal e encargos sociais, referente ao Projeto de Lei da alteração dos vencimentos para os cargos de engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Engenheiro Sanitarista, e Arquitetos e Projeto de Lei de criação da CETER (Projeto de Lei enviado ao Legislativo) totalizam um valor de aproximadamente R\$ 475.536.421,06 (quatrocentos e setenta e cinco milhões quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e vinte e um reais e seis centavos), totalizando aproximadamente 43,74% (quarenta e três vírgula setenta e quatro por cento) sobre a RCL, portanto, respeitando os limites estabelecidos na legislação que trata de limites de gasto com pessoal e encargos sociais.

**IMPACTO NO ORÇAMENTO DE 2019:**

Não haverá reflexo negativo para o exercício baseado na projeção da Receita, onde a administração municipal obedecerá aos limites estabelecidos pela legislação, em seus limite prudencial abaixo de 51%(cinquenta e um por cento).

A LOA de 2019 trará anexo com o demonstrativo onde se projetará o gasto com pessoal e encargos, mantendo obediência aos limites estabelecidos pela Lei 101/2.000-LRF.

**IMPACTO NO ORÇAMENTO/2020:**

O reflexo provavelmente não comprometerá as metas de gastos com pessoal, em virtude das Receitas que compõem a RCL serem otimizadas, em nada interferindo nas ações administrativas onde figuram estes gastos, estimando-se equilíbrio entre a receita e os gastos com pessoal e encargos sociais.

**METAS DE RESULTADOS FISCAIS:**

As despesas alteradas, positivamente, não comprometerão as metas de resultados fiscais, visto não infringir em nenhum momento os limites legais, projetando-se o resultado das metas propostas.

**Centro Administrativo, Morro dos Ventos - bairro Beira Rio II - Parauapebas/PA**  
**CEP: 68.515-000 Fone: 94 3346-2141 E-mail: pmp@parauapebas.pa.gov.br**





GOVERNO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS



**METODOLOGIA DE CÁLCULO:**

Para apuração dos valores da despesa, utilizou-se como metodologia de cálculo, o confronto entre os valores das despesas fixadas e a Receita Corrente Líquida - RCL estimada para o exercício de 2018, bem como os dois subsequentes obedecendo à previsão dos instrumentos de planejamento para os exercícios de 2019 e 2020.

Diante dos resultados utilizou-se a média para projeção dos gastos ora estudados e apurou-se o acima exposto, buscando resguardar os artigos 19 e 20 da LRF nos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

**DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL :**

PREVISÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2018	R\$ 1.086.950.752,00
PREVISÃO GERAL DE GASTO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 471.888.262,83
ESTIMATIVA DE GASTO COM PESSOAL COM A CRIAÇÃO DA CETER	R\$ 965.466,43
ALTERAÇÃO VENCIMENTOS DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS	R\$ 2.682.691,80
PREVISÃO DE GASTO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 2018	R\$ 475.536.421,06
Percentual previsto para 2018	43,74%

Prefeitura do Município de Parauapebas, 31 de outubro de 2017.

  
Maria Onilce R. Pereira  
CPF: 449.609.992-68  
Contadora - CRC PA 012761/O-6



Centro Administrativo, Morro dos Ventos - bairro Beira Rio II - Parauapebas/PA  
CEP: 68.515-000 Fone: 94 3346-2141 E-mail: pmp@parauapebas.pa.gov.br





GOVERNO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS



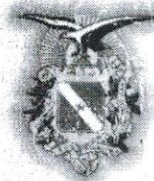
**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E  
COMPATIBILIDADE**

Eu, **DARCI JOSÉ LERMEN**, *Prefeito Municipal de Parauapebas*, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do Inciso II, Art. 16 da Lei Complementar 201/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal, na qualidade de Ordenador de Despesas, e a vista da estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, declaro existir recurso para realizar os gastos com pessoal e encargos sociais, decorrente do Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a alterar o padrão de vencimentos para os cargos de engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Engenheiro Sanitarista e Arquitetos, em dotações próprias, com adequação orçamentária e financeira em conformidade com a Lei Orçamentária Anual para 2018, compatibilidade com Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual e suas alterações.

**PARAUAPEBAS-PARÁ, em 31 de outubro de 2017.**

  
Darci José Lermen  
Prefeito

Centro Administrativo, Morro dos Ventos - bairro Beira Rio II - Parauapebas/PA  
CEP: 68.515-000 Fone: 94 3346-2141 E-mail: [pmp@parauapebas.pa.gov.br](mailto:pmp@parauapebas.pa.gov.br)



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

LEI N.º 4.230, DE 26 DE ABRIL DE 2002.

*Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Parauapebas e dá outras providências.*

Faço saber que a Câmara Municipal de Parauapebas aprovou e eu, Prefeita Municipal sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**Das Disposições Preliminares**

**Art. 1.º** - Esta Lei dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Parauapebas, integrado de cargos de provimento efetivo e em comissão, estabelece seus níveis, símbolos, padrões, referências, grupos ocupacionais, quantitativos e vencimento.

~~**Parágrafo único** - Integram o Quadro de Pessoal previsto neste artigo os seguintes anexos:~~

**Parágrafo único** - Ficam criados os cargos em comissão e cargos efetivos constantes nos seguintes anexos: (Redação dada pela lei nº 4.289 de 20.09.2005).

Anexo I - Cargos de provimento efetivo;

Anexo II - Cargos de provimento em comissão;

Anexo III - Tabela de vencimentos de cargos de provimento efetivo;

Anexo IV - Tabela de vencimento de cargos de provimento em comissão;

Anexo V - Tabela de níveis; (Revogado pela lei nº 4.244 de 2002)

Anexo VI - Tabela de grupos ocupacionais;

Anexo VII - Tabela de padrões - cargos de provimento efetivo; (Revogado pela lei nº 4.244 de 2002)

Anexo VIII - Tabela de referências - cargos de provimento efetivo; (Revogado pela lei nº 4.244 de 2002)

Anexo IX - Tabela de natureza de cargos; (Revogado pela lei nº 4.244 de 2002)

Anexo X - Tabela de carga horária semanal; (Revogado pela lei nº 4.244 de 2002)

Anexo XI - Tabela de número sequencial e códigos - cargos de provimento efetivo;

Anexo XII - Tabela de número sequencial e códigos - cargos de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



**LEI Nº 4.576, DE 22 DE AGOSTO DE 2014.**

**PUBLICADO NO QUADRO DE AVISO DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
EM 22 / 08 / 2014**

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO  
NÚMERO DE CARGOS PÚBLICOS DO QUADRO  
DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
MUNICIPAL, ALTERA A LEI Nº 4.244, DE 20 DE  
NOVEMBRO DE 2002, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam criados os cargos de provimento efetivo de Enfermeiro do Trabalho, Técnico de Enfermagem do Trabalho, Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico em Segurança do Trabalho, Analista de Segurança do Trabalho, Agente de Combate às Endemias, Eletricista, Engenheiro Eletricista e Engenheiro Sanitarista, nos seguintes termos:

**I-** Enfermeiro do Trabalho; Vagas: 04 (quatro); Jornada de Trabalho: 30 (trinta) horas semanais; Requisito para preenchimento: Graduação em Enfermagem e especialização na área de Enfermagem do Trabalho; Símbolo: CNS; Padrão: 7; Referência: A a F;

**II-** Técnico de Enfermagem do Trabalho; Vagas: 04 (quatro); Jornada de Trabalho: 30 (trinta) horas semanais; Requisito para preenchimento: Curso Técnico de Enfermagem, com especialização técnica na área de enfermagem do trabalho. Símbolo: CNM; Padrão: 5; Referência: A a F;

**III-** Médico do Trabalho; Vagas: 04 (quatro); Jornada de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais; Requisito para preenchimento: Graduação em Medicina e Especialização em Medicina do Trabalho; Símbolo: CNSM; Padrão: 8; Referência: A a F;

**IV-** Engenheiro de Segurança do Trabalho; Vagas: 04 (quatro); Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais; Requisito para preenchimento: Graduação em Engenharia, com Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho ou Arquitetura, com Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho; Símbolo: CNS; Padrão: 7; Referência: A a F;

**V-** Técnico em Segurança do Trabalho; Vagas: 15 (quinze); Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais; Requisito para preenchimento: Ensino médio completo e curso Técnico em Segurança do Trabalho; CNM; Padrão: 6; Referência: A a F;

**VI-** Analista de Segurança do Trabalho; Vagas: 03 (três); Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais; Requisito para preenchimento: Tecnólogo em Segurança do Trabalho, com especialização em Segurança do Trabalho ou Tecnólogo em Gestão Pública, com especialização em Segurança do Trabalho ou Bacharel em